



Anais da Assembléia

N° 85

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 1989.

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 1989.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (45). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, David Cheriegate, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Alves, José Rogério Carvãlho, Lindolfo Júnior, Paulo Furiatti e Pedro Tonelli (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 56/89 que autoriza a realização de plebiscito na

área que especifica, no Município de Goioerê, para que a população decida sobre a criação do Município de 4º Centenário.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 1993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei n° 270/88, constante da Ordem do Dia de hoje; suspendendo-se, em consequência, o Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Desembargador Negi Calixto pela sua elevação ao mais alto cargo da Justiça Eleitoral em nosso Estado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Negi Calixto.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É motivo de júbilo para todos os para-

naenses assistir à elevação do Dr. Negi Calixto ao mais alto cargo da Justiça Eleitoral em nosso Estado, coroando uma brilhante carreira na magistratura.

O Paraná, assim como o País, vive um momento histórico com a realização das eleições presidenciais depois de um período de exceção que se estende por quase três décadas. Ao Desembargador Negi Calixto caberá presidir, no Paraná, as eleições do dia 15 de novembro. E temos plena convicção que o fará com a maior competência, como é do seu feitio, o que assegura por antecipação o transcorrer do pleito na mais absoluta normalidade, posto que o nosso povo e em especial a classe política tem dado mostra sobeja do mais elevado espírito democrático.

O Dr. Negi Calixto bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná e iniciou em 1963 a carreira de Magistratura, havendo sempre se destacado no desempenho de tão elevada missão.

Desejamos que, com esta manifestação, preste o Poder Legislativo do Paraná - em nome do povo que representamos - a mais sincera homenagem ao Desembargador Negi Calixto, pela sua posse na presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1992

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à população de Clevelândia pela realização da magnífica XVII Exposição Agropecuária e Industrial e XI Exposição Feira de Animais, realizada naquela cidade no período de 26/9 a 02/10/89.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Antonio Celso Bortolini, ao Vice-Prefeito Senhor Jenyr Crestani, bem como a todos os Senhores Vereadores daquela cidade para que transmitam a todos os segmentos da sociedade o registro da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Clevelândia viveu uma semana de grande júbilo para sua população e para seus administradores, com a realização da XVII Exposição Agropecuária e Industrial e XI Exposição Feira de Animais, realizada no período de 26/9 a 02/10/89 no Parque de Exposições "Portal do Sudoeste" daquela cidade.

Com a participação dos pecuaristas, da classe empresarial, bem como de toda a comunidade de Clevelândia, foi realizada mais uma Exposição Agropecuária e Indus-

trial e da Feira de Animais que se tornou tradicional na região Sudoeste do nosso Estado, sendo inclusive um fato reconhecido em todo o território do Paraná, tanto pelos meios de comunicação que fizeram a cobertura jornalística quanto pelas entidades empresariais participantes.

Mais do que uma exposição, foi um ponto de negócios, centro de decisões, que coloca um relevo não somente a agropecuária paranaense, mas também a capacidade de nossos empresários do setor bem como a visão de seus organizadores.

O volume de comercialização em cruzados superou de largo as mais otimistas expectativas, mas isso é apenas um dado importante, sem dúvida, mas a ele devem ser acrescidos outros dividendos.

A XVII Exposição Agropecuária e Industrial e a XI Exposição Feira de Animais, representou o estímulo e o incremento não apenas à pecuária, mas ainda os segmentos mais diversificados. Junte-se a isso os setores de produtos e serviços que também participaram e evoluíram, por decorrência.

A Exposição foi - no entanto - o grande centro de decisões, das discussões e dos debates, haja vista a participação de inúmeras autoridades, dentre elas a presença honrosa do eminente Governador Álvaro Dias que recebeu, na ocasião, o Título de "Cidadão Clevelandense".

Em suma, toda a repercussão positiva, que neste espaço seria impossível detalhar, serve para demonstrar o dinamismo e o trabalho de seus organizadores, pois o sucesso da Exposição é o resultado da organização e do apoio da classe produtora que responderam à altura, em que pesem os percalços circunstanciais.

Está de parabéns toda a população de Clevelândia, está exultante de alegria e contentamento o Senhor Prefeito Municipal, o Senhor Vice-Prefeito, Senhores Vereadores e demais autoridades do Município, mais jubilosa incomparável está a classe empresarial da região.

Por isso, é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, porque traduz o anseio de todos os paranaenses que desejam ver o desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais abrangente da economia do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Tribunal de ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ, pela passagem do 19° aniversário de sua instalação.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa,

seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Juiz Presidente Doutor LUIZ GASTÃO FRANCO DE CARVALHO para que receba e transmita a todos os membros daquele colendo Tribunal, a homenagem do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tem o Tribunal de Alçada do Paraná, uma reconhecida tradição de trabalho, como atestam os números. Tomando-se como exemplo somente neste ano, foram distribuídos 4.859 processos, dos quais, 4.132 foram julgados. Pelo desempenho apresentado, o Tribunal de Alçada contribui não só para a devida aplicação da justiça, mas principalmente fazendo-o com a agilidade que a sociedade espera.

O Judiciário do Paraná tem se constituído em modelo para outras Unidades da Federação, o que é motivo de orgulho para todos os paranaenses. Nesse contexto destaca-se o Tribunal de Alçada, que está comemorando seu 19º aniversário de instalação.

Além do trabalho inerente às suas atribuições judiciais, o Tribunal de Alçada vem prestando ao longo destes anos um exemplar serviço à sociedade, mercê à capacidade de seus integrantes e a visão de sua colenda Direção.

É portanto, motivo de júbilo para esta Casa associar-se às congratulações que são merecidamente manifestadas a esse conceituado órgão do Poder Judiciário do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a Associação Paranaense dos Empreiteiros de obras Públicas pela eleição de sua Diretoria, tendo à frente o Engenheiro JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO.

REQUER, outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO, para que receba e transmita a todos os seus companheiros de Diretoria e colaboradores, a homenagem do Legislativo Paranaense.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O empresário JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO acaba de ser eleito para seu 4º mandato na Presidência da APEOP - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS, fato este da maior relevância, pois representa o reconhecimento do setor abrangido pela entidade. Efetivamente, seu nome está intimamente ligado ao crescimen-

to da Associação mercê ao trabalho desenvolvido em busca da maior interpretação empresarial e do fortalecimento da classe, que em seu conjunto exerce um papel preponderante no próprio desenvolvimento e modernização do Paraná, no que concerne a projetos e execuções de obras nas áreas do transporte, energia, telecomunicações, edificação e saneamento.

Nos três mandatos anteriores o Dr. José Alberto Pereira Ribeiro deu o maior de seu esforço na ampliação do número de filiados à entidade - condição primeira para seu fortalecimento e aumento de sua representatividade; trabalhou incansavelmente para pôr em prática um programa de administração capaz de modernizar a APEOP objetivando prestar serviço sempre com maior e melhor qualidade; concluiu projetos iniciados e colocou em execução planos novos. Hoje a APEOP está em sede própria, atestando a força e a pujança do setor, reafirmando sua independência e autonomia. Além disto, deve ser evidenciado o trabalho do Presidente JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO em conjunto com sua Diretoria no sentido de maior relacionamento com as áreas de Governo. Seu dinamismo, sua capacidade de trabalho e liderança com dirigente classista foram pontos decisivos para a recondução ao cargo, afigurando-se mais quatro anos de trabalho em prol do crescimento da APEOP. Esta tem uma grande responsabilidade na construção de um Estado moderno, porque se as obras são do governo em termos de planejamento como parte integrante de seus programas administrativos, a execução cabe às empresas do setor. Estas investem, modernizam-se e atualizam-se para, tanto técnica quanto gerencialmente, prestam o melhor serviço, justificando o conceito que gozam no âmbito da administração pública. Evidentemente, como órgão representativo, a APEOP deve refletir em si mesma o alto grau de suas filia-

A Associação Paranaense dos Empreiteiros de obras Públicas foi fundada a 20 de outubro de 1960, estando prestes a completar 29 anos de trabalho e dedicação não só em favor da causa e do fortalecimento das empre filiações - objetivo precípua de sua criação - mas também ao próprio Paraná, pela contribuição que oferece à administração pública. Congrega hoje 250 empresas reunindo todos os setores da construção, possuindo regionais no interior do Paraná, para melhor desenvolver a prestação de seus serviços.

Sua fundação se deve à iniciativa de grande e desprendidos empresários paranaenses, entre os quais KAMAL DAVID CURI, Vicente Antonio de Paula Costa, Althair Bittencourt, Gelson Gubert, José Cavalin, Máximo Asinelli, Maurício Girardelo, Ary

REQUERIMENTO N° 1989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Futebol Clube pela passagem do seu 80° aniversário de fundação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor BAYARD OSNA, Presidente do Coritiba F.C., para que receba e transmita a todos os companheiros da Diretoria e Associados, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O dia 12 de outubro marcará a passagem do 80° aniversário do Coritiba Futebol Clube, uma das maiores glórias do esporte paranaense, e o principal clube futebolístico do Estado em termos de títulos e conquistas nacionais.

A trajetória vitoriosa do "COXA", desde 1909 quando foi fundado, tem sido motivo de orgulho para os paranaenses e servido de elemento divulgador e promotor da nossa Capital e do nosso Estado. Além dos 30 títulos regionais o Coritiba tem se destacado nas competições de âmbito nacional, sendo Campeão do Torneio do Povo e Campeão Brasileiro. Em excursões internacionais como representante do futebol brasileiro sempre obteve marcantes resultados, inclusive conquistando a "FITA AZUL", em 1972, num giro do qual retornou invicto.

Pela visão de suas diretorias o clube tem mantido uma posição atuante e participativa na vida curitibana. Graças ao espírito administrativo de seus diretores e o apoio incondicional de sua grande torcida, ergueu no Bairro Alto da Glória o seu estádio, a principal praça de esportes de Curitiba e palco dos grandes acontecimentos do futebol, além de outras festividades inclusive religiosas.

A grandeza do Coritiba deve-se a ilustres e dedicados "COXAS" que passaram pelos cargos diretivos, de Antonio Couto Pereira e Bayard Osna; deve-se a desprendidos atletas que deram de tudo pelo Coritiba, principalmente nas épocas em que o jogador ainda não de todo profissionalizado defendia o clube por amor, sujeito não raro a grandes sacrifícios; deve-se também aos jogadores das fases mais recentes que vivendo o evento do profissionalismo se empenha em grandes batalhas esportivas, porque apenas competir já não é suficiente.

Pelo que tem feito em favor do futebol do Paraná, pela projeção que deu nacional e internacionalmente a Curitiba e ao Estado, o Coritiba é credor de nossa melhor homenagem.

REQUERIMENTO N° 1988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a Empresa CATTANI S/A pela passagem do 40° aniversário de fundação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Diretores da Empresa CATTANI.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A CATTANI, respaldada por uma extraordinária credibilidade junto à opinião pública de todo o Sudoeste Paranaense, merece e deve receber este registro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela passagem do seu 40° aniversário de fundação, trabalhando sempre para a grande penetração conquistada ao longo dos anos junto a população, e prestando relevantes serviços para a comunidade de um modo geral.

A CATTANI S/A, representa o verdadeiro espírito paranista de pioneirismo, contribuindo para o desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná. Dela se formaram outras empresas Viação Vale do Igua Ltda., Viação Pato Branco Ltda., e Cattani Veículos S/A. Todas estas empresas são administradas por famílias descendentes de JOSÉ CATTANI, seu fundador. A CATTANI S/A., gera atualmente 1.300 empregos diretos e mais 5.000 vivem em função das atividades da empresa que, além do transporte de passageiros, fretamentos e encomendas desenvolve atividade de Turismo, Materiais de Construção, confecção e agricultura.

É salutar ver a disposição e a alegria dos Diretores e colaboradores da CATTANI diversificando sua atuação.

É portanto motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a comemoração do 40° aniversário da Empresa CATTANI que se desenvolveu ramificando-se por outros Estados do Brasil.

A este contentamento, o Poder Legislativo através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com a direção da Empresa e todo o seu corpo de colaboradores, com atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO N° 1986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os Senhores Vereadores do Estado do Paraná, pela passagem do DIA NACIONAL DO VEREADOR a ser comemorado no próximo dia 1º de outubro.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os vereadores do Paraná por intermédio dos Senhores Presidentes de cada Câmara Municipal Paranaense.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os vereadores, é sabido, exercem uma atividade que em alguns municípios pode ser considerada "apostolar", porque lutando contra a falta de recursos assoberbam-se com maior número de problemas, basicamente de origem social e em muitos casos emocionais - os quais o vereador não pode desconsiderar. Nas cidades de maior porte o número de pessoas que recorrem aos vereadores apresenta-se numa progressão geométrica. E as carências de meios para solucionar tais angústias são sempre as mesmas. Sofre, então, o digno e esforçado legislador uma carga de pressão muito grande. E a par disto ainda tem que se ater às questões inerentes à sua função, que é legislar e fiscalizar o executivo - além de fazer a ligação entre a comunidade e os poderes constituídos em âmbito municipal, estadual e até federal.

Se analisarmos estes aspectos, aqui descritos até a forma superficial mas que dão uma idéia geral da responsabilidade do edil, somos forçados a reconhecer que estes legítimos servidores merecem os maiores encômios, não apenas de nossa parte como parlamentares e também representantes populares, mas de toda a sociedade.

Acrescente-se a estes argumentos o fato extraordinário de que este ano de 1989 os vereadores brasileiros terão a elevada incumbência de elaborar a Lei Orgânica dos seus respectivos Municípios. Cremos que será uma rara oportunidade em que veremos uma lei dessa amplitude sendo elaborada por aqueles que mais conhecem o município e sua gente - e por conseguinte os problemas, anseios e carências da comunidade. Portanto, mais justa e merecida se torna esta homenagem que deve prestar o Legislativo Paranaense na data em que se comemora o DIA DO VEREADOR, esse mais legítimo servidor público.

REQUERIMENTO N° 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de SÃO MATEUS DO SUL pela passagem de seus 81 anos de fundação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Doutor ENÉAS HENRIQUE DOS SANTOS DISTÉFANO, ao Vice-Prefeito, Senhor FRANCISCO LUIZ ULBRICH, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem toda a população de São Mateus do Sul, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

São Mateus do Sul comemora, no próximo dia 21 de setembro seu 81º aniversário de fundação.

São Mateus do Sul, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, abriu suas portas para a industrialização, a agropecuária, ao comércio, pois seu povo anseia pelo desenvolvimento cada vez mais rápido.

É com grande júbilo que o povo são-mateuense comemora o 81º aniversário de seu município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo que vem sendo feito pela administração municipal, e com a colaboração de toda a comunidade, a esperança de dias melhores, converte-se efetivamente numa certeza.

São Mateus do Sul, ex-colônia Maria Augusta, surgiu como pouso e setor de apoio das bandeiras militares exploratórias do Paraná, durante o governo de Dom LUIZ ANTONIO DE SOUZA BOTELHO MOURÃO, governador da Capitania de São Paulo. E, 1890 foi fundada a Colônia de São Mateus que a vinte e um de setembro de 1908, foi elevada à categoria de município com o mesmo nome.

Graças às suas riquezas naturais e à determinação do seu povo, São Mateus do Sul conseguiu desenvolvimento e grande progresso, principalmente na exploração do Xisto e a cidade cresceu e alcançou vertiginosa expansão.

Nesta data tão significativa, todo o povo de São Mateus do Sul é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para as demais Cidades paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de

hoje, de voto de congratulações e aplausos a RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA., da cidade de PORTO UNIÃO-SC, pela passagem do seu 34º aniversário de fundação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao seu Diretor Presidente, Senhor JOÃO CARLOS COÁS, para que receba e transmita a todos os seus colaboradores o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Somente quem está permanentemente ligado ao nosso interior conhece as dificuldades para levar adiante empreendimentos que no fundo são verdadeiros serviços de utilidade pública, sem o fim precípua de lucro. Assim é a nossa brava gente da Rádio Colméia, que no afã de servir a comunidade, de divulgar e enaltecer os nossos municípios enfrenta os mais diversos obstáculos.

Por isso é motivo de regozijo quando uma emissora do interior superando os desafios alcança suas metas, não sem os incontáveis sacrifícios de seus Diretores e Colaboradores.

Ao congratular-se com a direção da Emissora Rádio Colméia de Porto União, representada pelo seu Diretor Presidente Jornalista JOÃO CARLOS COÁS, e ao seu brilhante quadro de profissionais, rende a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sua homenagem a população de toda a região do Vale do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 1995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam feitas gestões junto a Exma. Senhora Secretária de Estado da Educação GILDA POLI ROCHA LOURES, a fim de que adote medidas visando a implantação gradativa das 5a. à 8a. séries, nos períodos diurnos e noturnos, no COLÉGIO ESTADUAL SANTO ANTONIO - Ensino de 1º e 2º graus, do Município de IMBITUVA, a partir de 1990, bem como se digne autorizar o funcionamento do Curso de 2º grau - Educação Geral, no período noturno.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) DJAIMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Dá origem aos pedidos em questão, apelo feito pela Direção do mencionado Colégio, através de moção contida nos ofícios n°s 030/89 e 037/89, ambos fazendo referência à premente necessidade de se dotar aquele estabelecimento de plenas condições para oferecer à clientela estudantil, tanto local como adjacente, maiores oportuni-

dades de dar continuidade ao seu aprendizado e acesso à qualidade de ensino.

A par destas considerações é importante observar que o Colégio Estadual Santo Antonio apresenta toda infraestrutura, tanto no que consiste a área física como professores altamente capacitados, garantindo, assim a oferta de vagas que a todo ano letivo se apresenta.

A medida em questão constitui-se, inegavelmente da maior importância, particularmente por traduzir o anseio de toda a comunidade estudantil.

REQUERIMENTO N° 1996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares da Silva, solicitando sejam determinadas providências para atendimento às reivindicações formuladas pela Prefeitura Municipal de TIBAGI a seguir enumeradas, as quais são objeto de expedientes anteriormente encaminhados àquela Pasta e a S.Exa., o Senhor Governador do Estado, através do ofício n° 0503/89-GP, e constituem prioridades do Setor de Saúde daquele Município.

1. Construção de um Posto Médico no Distrito de Alto do Amparo;
2. Construção de um Posto Médico na Fazenda Vasto Horizonte, onde há o assentamento de 24 famílias;
3. Construção de um Mini-Posto Médico em Barra Mansa;
4. Construção de um Mini-Posto Médico em Santo Amaro;
5. Duas Clínicas Odontológicas simplificadas;
6. Farmácia Básica para atendimento a 15 postos médicos;
7. Construção de pelo menos 50 módulos sanitários.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) DJAIMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício a Exa. Secretária de Estado da Educação GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando sejam determinadas providências para atendimento às reivindicações feitas pela Prefeitura Municipal de TIBAGI a seguir enumeradas, as quais são objeto de expediente anteriormente encaminhados àquela Pasta e a S.Exa., o Senhor Governador do Estado, através do ofício n° 0503/89-GP, e constituem prioridades do setor de Ensino daquele Município.

1. Construção do ginásio no Distrito de Ventania;
 2. Criação do 2º grau em Ventania;
 3. Criação do 2º grau - propedêutico em Tibagi;
 4. Criação de escola consolidada de 1a. à 8a. séries em Alto do Amparo;
 5. Ampliação de 02 (duas) salas de aula na escola consolidada David Federman em Caetano Mendes;
 6. Construção de escolas nas localidades de: Santo Amaro, Barra Mansa, Fazenda Vasto Horizonte, Pinheiro Seco, Capivari e Morro Azul;
 7. Reforma geral do Colégio Irenio Moreira Nascimento, com ampliação da área administrativa e construção de mais 03 salas de aula, na sede do Município;
 8. Para o Grupo Escolar Telêmaco Borba, na sede do Município: 02 salas de aula; 01 sala para biblioteca; 01 sala para orientação e supervisão; 01 área coberta para atividades em dias de chuva, para educação física, educação artística e projeção de slides; 01 sala para almoxarifado; 01 projeto de slides;
 9. 01 sala de aula para a Escola Professor Aroldo;
 10. Suplementação da merenda escolar.
- Sala das Sessões, em 03.10.89.
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1998

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Heinz Georg Herwig, solicitando sejam determinadas providências para atendimento às reivindicações feitas pela Prefeitura Municipal de Tibagi a seguir enumeradas, as quais são objeto de expedientes anteriormente encaminhados àquela Pasta e a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, através do ofício n° 0503/89-GP, e constituem prioridades do Setor Viário daquele Município.

1. Recapeamento asfáltico de Tibagi a Castro, que se encontra em precárias condições;
2. Auxílio para a construção de duas pontes sobre os Rios Capivari e Santa Rosa;
3. Asfaltamento da estrada Tibagi - Telêmaco Borba.

Isto posto, conta com o valioso prestígio de seus Pares para aprovação da presente propositura.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, Deputado RUBENS BUENO, solicitando sejam determinadas providências para atendimento às reivindicações da Prefeitura Municipal de Tibagi a seguir enumeradas, as quais são objeto de expedientes anteriormente encaminhados àquela Pasta e a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, através do ofício n° 0503/89-GP, e constituem prioridades da área social daquele Município.

1. Implantação dos Projetos Nosso e Gralha Azul;
2. Uma máquina de fazer macarrão, para aproveitamento dos resíduos de soja;
3. Aumento do número de vagas de microunidades de produção.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofícios ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública Antônio Lopes de Noronha, solicitando sejam determinadas providências para atendimento às reivindicações formuladas pela Prefeitura Municipal de Tibagi a seguir enumeradas, as quais são objeto de expedientes anteriormente encaminhados àquela Pasta e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através do ofício n° 0503/89-GP e constituem prioridades do setor de Segurança daquele Município.

1. Uma viatura policial;
2. Reaparelhamento da Delegacia de Tibagi.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2003

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, solicitando providências para a construção de um posto de saúde na localidade de "Borboletinha do Berardi", no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Aquela localidade há muito vem solicitando um posto de saúde, que uma vez construído virá atender aproximadamente 600 (seiscentas) famílias residentes naquela localidade.

REQUERIMENTO N° 2004

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado, solicitando extensão da Faculdade de Guarapuava, para a cidade de Pitanga, e que deste requerimento seja dada ciência a:

- 1 - Prefeito Municipal
- 2 - Presidente da Câmara de Vereadores
- 3 - Inspetor Estadual de Ensino.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O que nos leva a fazer tal solicitação é a preocupação com os estudantes de Pitanga, Palmital, Nova Tebas e Manoel Ribas, que necessitam se deslocar diariamente para cursar o 3° grau, correndo com isso sérios riscos de vida, como já aconteceu anos atrás, num acidente envolvendo estudantes de Pitanga.

REQUERIMENTO N° 2013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Diretor Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando estudos visando a possibilidade da transferência das prestações das casas construídas em regime de mutirão n°s 562 e 667, 1ª e 2ª etapas, do Conjunto Residencial "Cidade Nova", situado no Distrito Administrativo de Farol, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os pagamentos, até o presente momento, têm sido efetuados no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO - Agência de Campo Mourão. E a nossa reivindicação é para que seja feita a transferência para a Agência do Banco do Brasil, situada no próprio distrito de Farol, poupando dessa forma aos mutuários, as despesas com passagens de ônibus, que muitas vezes são as principais responsáveis pelo atraso no pagamento mensal das prestações, em virtude destes moradores não possuírem condições financeiras para tal.

Esperando poder contar com a costumeira atenção por parte de Vossa Senhoria, apresento os meus votos de respeito e consideração, ficando no aguardo de uma breve resposta.

REQUERIMENTO N° 2014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, RE-

QUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Diretor-Presidente da TELEPAR, Senhor Fernando Xavier Ferreira, solicitando estudos visando a possibilidade de instalação do Sistema de Discagem Direta à Distância (DDD), no Distrito Administrativo de Farol, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação por parte dos moradores do Distrito de Farol, representa um anseio antigo, inclusive já solicitado a este órgão, em diversas oportunidades, sem terem ainda recebido uma resposta positiva em relação ao pedido.

O embasamento desta instalação está no fato daquele Distrito contar com um número considerável de pessoas interessadas nestas linhas, em quantidade que preenche a quota mínima exigida pela TELEPAR.

Informamos que o funcionamento atual é mantido através de um Posto Telefônico (PS), composto por 09 ramais e no caso de uma transferência para o Sistema DDD, atingiria a média de 50 ligações.

Em razão do exposto e certo de que este benefício em muito contribuiria para o desenvolvimento daquela localidade, solicito a costumeira atenção por parte de Vossa Senhoria, ficando no aguardo de uma breve resposta.

REQUERIMENTO N° 2008

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, solicitando a criação de um Posto de Serviço do Banestado, no Distrito de Boa Ventura, Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Boa Ventura, há muito necessita de um Posto Bancário para atender aquela comunidade, assim evitando o deslocamento até a cidade de Pitanga, para fazer depósitos e pagar os seus encargos, com perda de tempo e outros prejuízos, salientando que dentro da região do referido Distrito está instalado um entreposto da COAMO - Cooperativa Agrícola Mourãoense.

REQUERIMENTO N° 2007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando providências sobre o andamento do plano de expansão telefônica para o Mu-

nicípio de Pitanga, bem como a qualidade do seu atual funcionamento.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de há muito o Município de Pitanga, não receber por parte da Telepar a devida atenção no que diz respeito à expansão e à manutenção de sua rede telefônica.

REQUERIMENTO N° 2006

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Osmar Dias, DD. Secretário da Agricultura e Abastecimento, solicitando providências para a liberação de 3.000 (três mil) litros de óleo diesel, para a Prefeitura Municipal de Pitanga.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Pitanga, necessita desta liberação para poder continuar atendendo a manutenção das estradas do Município, pois não dispõe de verbas para sua aquisição.

REQUERIMENTO N° 2005

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da COPEL, solicitando informações no que diz respeito às constantes quedas de energia no Município de Pitanga, e que deste requerimento seja dada ciência à Prefeitura e Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Estas ocorrências ocasionam sérios prejuízos aos municípios, com queima de motores e eletrodomésticos em geral, bem como, um desconforto para a população.

REQUERIMENTO N° 1982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja enviado expediente ao Exmo. Senhor JOSÉ REINALDO TAVARES, Digníssimo Ministro dos Transportes, solicitando a reativação das obras de recuperação do asfalto da BR-277, trechos compreendidos entre os quilômetros 352 e 467, num total de 115 Km e Relógio/Spréa/Ctba.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia BR-277 se constitui no principal corredor de exportação de toda a safra do Centro Oeste, Sudoeste e do Oeste paranaense, parte da produção de grãos de Mato Grosso do Sul e de todo o escoamento da produção do vizinho país, o Paraguai, até o Porto de Paranaguá.

Importantes Municípios que margeam a BR-277, em consequência das péssimas condições da rodovia em trecho onde as obras de recuperação foram interrompidas, pagam pesados ônus, vendo preciosas vidas serem ceifadas, em consequência da má condição de tráfego que registra somente no trecho de 115 quilômetros, uma média de 10 acidentes e 2 atropelamentos por mês, suportando um tráfego de 3.754 veículos dia.

A BR-277 é também o canal de integração dos turistas do Brasil e do exterior em visitas à Usina e Lago do Itaipu, as Cataratas e tantos outros pontos turísticos existentes, deparando com uma rodovia que nada recomenda as estradas brasileiras, colocando em risco a vida de milhares de turistas e profissionais do volante que se aventuram pela mesma.

A recuperação da BR-277 fará justiça a quem trabalha e deseja o progresso da nossa pátria.

Outrossim, solicitamos a constituição de Comissão especial de Deputados, para manter em Brasília as audiências e contatos necessários e que da decisão do douto Plenário, seja dada ciência, via telex, ao Exmo. Senhor JOSÉ SARNEY, DD. Presidente da República, Exmo. Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS, DD. Governador do Estado do Paraná, Exmo. Senhor NELSON CARNEIRO, DD. Presidente do Senado Federal, Exmo. Senhor PAES DE ANDRADE, DD. Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Senhor JOSÉ REINALDO TAVARES, DD. Ministro dos Transportes, Exmos. Senhores Senadores e Deputados da Bancada do Paraná em Brasília, e ao Ilmo. Senhor ANTONIO ALBERTO CANABRAVA, MD. Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO N° 1987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja expedido TELEX, em caráter de urgência, às autoridades abaixo nominadas nos seguintes termos:

"Estarrecidos, tomamos conhecimento medida provisória está sendo preparada para desvincular os benefícios pagos aos aposentados e pensionistas do salário-mínimo vg os aposentados não têm o direito nem sequer de dormir, depois de anos e anos de trabalho duro, estar sempre atentos porque a todo o instante novos golpes

são maquinados contra sua já aviltante condição pt a perpetração de mais essa violência contra aposentados e pensionistas, que já vivem com proventos completamente defasados e submetidos às mais diversas humilhações pt Assembléia Legislativa do Paraná solicita rever assunto evitando golpe engendrado contra minguados vencimentos aposentados et pensionistas pt.

Sala das Sessões em, 03.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Dr. MAILSON DA NÓBREGA - Ministro da Fazenda.

Dr. JOÃO BATISTA DE ABREU - Ministro Planejamento

Dr. SAULO RAMOS - Ministro da Justiça.

Dr. JADER BARBALHO - Ministro Previdência Social.

Senador JOSÉ GOMES DE CARVALHO.

Senador SILVIO NAME.

Senador LEITE CHAVES.

Deputados ALARICO ABIB - BASÍLIO VILANI -

BORGES DA SILVEIRA - DARCY DEITOS - HÉLIO

DUQUE - JOSÉ CARLOS MARTINEZ - JOSE TAVARES -

JOVANI MASINI - ERVIN BONKOSKI -

EUCLIDES SCALCO - MATEUS IENSEN - MATTOS

LEAO - MAURÍCIO FRUET - MAURÍCIO NASSER -

MAX ROSENMAN - NELTON FRIEDRICH - NILSO

SGUAREZI - OSVALDO MACEDO - RENATO BERNAR-

DI - RENATO JOHNSON - SANTINHO FURTADO -

SÉRGIO SPADA - TADEU FRANÇA - WALDIR PU-

GLIESI - ALCENI GUERRA - ANTONIO UENO -

DIONISIO DAL-PRÁ - JACY SCANAGATTA - PAULO

PIMENTEL - AIRTON CORDEIRO - FARABULINI

JÚNIOR - IBSEN PINHEIRO - RICARDO FIUZA -

PAES DE ANDRADE - PLINIO ARRUDA SAMPAIO -

INOCÊNCIO DE OLIVEIRA - GASTHONI RIGHI -

AMARAL NETO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 252/89

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica a Junta Comercial do Paraná JUCEPAR, entidade autárquica do Poder Executivo, autorizada num prazo de 30 (trinta) dias a elaborar o plano de cargos e salários, bem como o respectivo provimento de seus funcionários.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR, é uma autarquia criada pela Lei n° 7.039, de 19.10.78, publicada no Diário Oficial do Estado, de 23.10.78, tendo receita própria, independente do Tesouro do Estado e possuindo funções e atribuições específicas, singulares e peculiares ante o con-

Curitiba, terça, em 03.10.89

texto da Administração Pública.

Face à legislação em vigor, a JUCEPAR está vinculada, tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro do Comércio, órgão do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio e, administrativamente, ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda.

As funções, atribuições e funcionamento das Juntas Comerciais estão disciplinadas, basicamente, nas Leis Federais n° 4.726 e 6.939, respectivamente de 13.07.65 e 09.09.81 e regulamentada pelos Decretos n° 57.651, de 19.01.66 e 86.764, de 22.12.81.

No que diz respeito ao sistema de arrecadação, a matéria está regulada pelo Decreto-Lei Federal n° 2.056, de 19.08.83.

Para ressaltar a importância das atribuições desempenhadas por este órgão executor do Registro do Comércio, cabe, preliminarmente, esclarecer que o mesmo executa o registro de todos os atos do universo empresarial, e, portanto, atesta a legalidade, a autenticidade e a divulgação dos atos que lhe são submetidos e que atuam diretamente no desenvolvimento e segurança da economia do país.

Assim estabelece o art. 10 da Lei n° 4.726/65: "Incumbe às Juntas Comerciais:

I - A execução do Registro do Comércio;

II - O assentamento dos usos e práticas mercantis;

III - Os encargos de fixar o número, processar a habitação e nomeação, fiscalização, punir e exonerar os tradutores públicos e intérpretes comerciais, leiloeiros, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e os prepostos ou fiéis desses profissionais;

IV - A organização e a revisão da tabela de emolumentos, comissões ou honorários dos profissionais citados no item anterior;

V - A fiscalização dos trapiches, armazéns de depósitos e empresas de armazéns gerais;

VI - A solução de consultas formuladas pelos poderes públicos regionais e respeito do registro do Comércio e atividades afins;

VII - Todas as demais tarefas que lhe forem atribuídas por normas legais ou executivas emanadas dos poderes públicos federais".

Aqui uma vez expostas as atribuições da Junta Comercial, tornam-se claras e evidentes a importância e a peculiaridade dos serviços desempenhados pela mesma, destacando-se, ainda, o fato de que em cada Estado da Federação existe apenas uma Junta Comercial. A conclusão lógica, portanto, é que o órgão deverá ter um regimento interno e quadro de pessoal próprios

e, por extensão, um plano de cargos e salários, também específicos, condizentes com as funções exercidas e as qualificações dos funcionários, e que necessita para o desempenho de suas tarefas, independentemente de outros órgãos da Administração Pública Estadual.

Reconhecendo esta situação, o legislador, sabiamente, previu no art. 11 da Lei nº 4.726/65 e demais diplomas legais, o que segue:

"Competem, ainda, às Juntas Comerciais:

I - A elaboração e expedição dos respectivos regimentos e de suas alterações, bem como das resoluções necessárias para o fiel cumprimento das normas legais, regulamentares e regimentais;

II - A organização e encaminhamento à aprovação da autoridade ou órgãos superiores do Estado ou Território, ou do Presidente da República, no caso do Distrito Federal, dos atos pertinentes:

a) à estrutura dos serviços da Junta e ao quadro do pessoal respectivo, fixando seu número, atribuições, vencimentos e regime jurídico, bem como as modificações e acréscimos que devam ser feitos em tais estruturas e quadros;

b) à tabela das taxas e emolumentos devidos pelos atos do registro do comércio e afins e às alterações respectivas, não podendo as importâncias excederem àquelas que foram adotadas no Regimento da Junta Comercial do Distrito Federal.

c) à proposta do orçamento para todos os serviços da Junta;

d) às contas da gestão financeira da Junta".

Compartilhando do mesmo entendimento, a Lei Estadual nº 7.039/78, que transformou a JUCEPAR em Autarquia Estadual, estabelece em seu art. 12 e § 1º:

"Art. 12 - Após a implantação autárquica da Junta Comercial, prevista no artigo 1º desta Lei, só serão admitidos servidores sob o regime das leis trabalhistas para integrar o quadro de pessoal com a denominação de Quadro Permanente, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º - A Secretaria de Estado dos Recursos Humanos organizará no prazo de que fala o artigo 13, o Quadro de Pessoal e Tabela salarial para os servidores de que trata este artigo, ouvida a Secretaria de Estado da Justiça".

Por outro lado, o Regimento Interno da JUCEPAR, em vigor, publicado no Diário Oficial do Estado de 05 de outubro de 1988, prevê toda estrutura funcional e organizacional do órgão.

Urge esclarecer que a Junta Comercial conta, atualmente, com 95 funcionários celetistas em exercício; protocola, mensal-

mente, uma média de 900 processos - envolvendo: constituição de firma individual, anotação e cancelamento; contrato social de sociedades mercantis, suas alterações e distratos; constituição de sociedades anônimas, atas de assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias, além de reuniões de Diretoria; atos de empresas de armazéns gerais e de microempresas; cooperativas e consórcios e demais atos de interesse dos comerciantes -; expede uma média de 1.549 certidões fotocopiadas e datilografadas; autentica uma média de 3.271 livros mercantis; realiza, em média, 387 buscas de nomes comerciais, sendo que para recepção, análise, decisão de arquivamento dos mesmos exige por parte dos servidores da Casa, conhecimento da legislação comercial, civil, bem como das demais normas disciplinares, em virtude da diversificada gama de situações que apresentam aos usuários.

Conveniente é o momento deste trabalho face à Carta Magna recém-promulgada, para estabelecer a possibilidade do Estado legislar concorrentemente sobre Juntas Comerciais, no seu art. 24, "in verbis":

"Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

III - Juntas Comerciais";

Desta forma, não restam dúvidas quanto ao amparo legal, a necessidade e a oportunidade de ser dado um tratamento adequado e diferenciado à JUCEPAR, elaborando-se o seu Quadro Próprio, inclusive fazendo-se cumprir a legislação em vigor.

A solução do pleito seria inoportuna se o Governo do Estado, através do seu Tesouro Estadual tivesse que arcar com quaisquer despesas, mas ocorre justamente o inverso, uma vez que a JUCEPAR é superavitária, dispondo de arrecadação própria, como se comprova pelo quadro abaixo:

	Salário Atual agosto/89	Salário Proposto	Sal. Proposto incl. Adicional
Folha de Pqto. CLT mais encargo	77.829	147.875	163.451
Arrecadação de serviços prestados pela JUCEPAR	350.000	350.000	350.000
% de gasto c/ pessoal CLT sobre a arrecadação	22,24	42,25	46,73

No salário de agosto já está incluído os 67% autorizado pelo Governo do Estado.

Outrossim, cumpre salientar que tal situação está de acordo com a Constituição Federal, Art. 38 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece: "Até a promulgação da Lei Complementar referida no

art. 169, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão despende, com pessoal, mais do que 65% (sessenta e cinco por cento) do valor das respectivas receitas correntes."

Isto posto, clarificada a situação e estando amparada na legislação vigente, esperamos que seja dada a devida urgência e atenção à matéria pelos nobres Pares nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 253/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Instituto de Previdência do Estado - IPE, entidade autárquica do Poder Executivo, autorizado num prazo de 30 (trinta) dias a elaborar o plano de cargos e salários, bem como o respectivo provimento de seus funcionários.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.89

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE é uma autarquia, com receita própria, independente do Tesouro do Estado e possuindo funções e atribuições específicas, singulares e peculiares ante o contexto da Administração Pública.

As funções, atribuições e funcionamento estão disciplinadas basicamente, pelas Leis Estaduais n° 4338 de 18.02.61, 4766 de 13.11.63, 5802 de 12.06.68 e 8485 de 03.06.87 e regulamentada pelos Decretos n° 14.585 de 30.03.64 e 5458 de 22.09.82.

É inquestionável e evidente a importância e a peculiaridade dos serviços de previdência médica desempenhados pelo aludido órgão sendo portanto plausível que tenham um regimento interno e quadro e pessoal próprios e, por extensão, um plano de cargos e salários, também específicos, condizentes com as funções exercidas e as qualificações dos funcionários, e que necessita para o desenvolvimento de suas tarefas, independentemente de outros órgãos da Administração Pública Estadual.

Existe pois, uma efetiva necessidade de ser dispensado um tratamento adequado e diferenciado ao IPE, elaborando-se o seu Quadro Próprio.

PROJETO DE LEI N° 254/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Virmond, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas abaixo especificadas:

"Começando no marco P.P.O.N.S.E.W.,

cravado próximo da confluência do Rio Restinga Grande com o Rio Santa Galo e a ponte de concreto na Rodovia Panamericana BR 277 em confrontação com terras do Município de Santa Galo - Pr., segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Santa Galo em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Santa Galo - Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Santa Galo com o Rio Cavernoso. Deste marco segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Cavernoso em sua margem direita no sentido descendente confrontando com as terras do Município de Guarapuava - Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Cavernoso com o Rio Tapera. Deste marco segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Tapera em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com as terras do Município de Laranjeiras do Sul - Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a ponte de concreto no Rio Tapera e a Rodovia Panamericana BR 277 que se dirige para Laranjeiras do Sul - Pr. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Tapera em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul - Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a cabeceira do Rio Tapera onde encontra-se um marco de divisa dos Municípios de Laranjeiras do Sul - Pr., e de Santa Galo - Pr. Deste marco segue por uma linha seca poligonal perimétrica com um percurso retilíneo, confrontando com terras do Município de Santa Galo - Pr., com rumo NE 16°15' SW e mediu-se 690,00 m., onde encontra-se a cabeceira do Rio Restinga Grande na linha perimétrica.

Finalmente, deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Restinga Grande em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Santa Galo - Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Restinga Grande com o Rio Santa Galo onde começou e que encerra a demarcação desta área."

Art. 2° - O perímetro urbano da cidade de Virmond terá as divisas abaixo especificadas:

"Começando na confluência do Arroio de Divisa com o Rio Virmond na linha poligonal perimétrica, deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Virmond em sua margem direita no sentido descendente, cruza a Rodovia Panamericana BR 277, prossegue ainda pela linha perimétrica constituída pelo Rio Virmond no sentido acima descrito até encontrar o limite do passeio da Rua Paraná. Deste ponto segue pela linha poligonal constituída pelo

limite do passeio da Rua Paraná até encontrar o cruzamento com a Rua Alvorada. Deste ponto segue pela linha poligonal constituída pelo limite do passeio da Rua Alvorada até encontrar o cruzamento com a Rua General Osório. Deste ponto segue pela linha poligonal constituída pelo limite do passeio da Rua General Osório, cruza a Rodovia Panamericana BR 277, prossegue no mesmo alinhamento da Rua General Osório até alcançar o braço esquerdo do Arroio de Divisa na linha perimétrica. Finalmente, deste marco segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Arroio de Divisa em sua margem direita, no sentido descendente com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Arroio de Divisa com o Rio Virmond, onde começou e que encerra a demarcação desta área."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A criação do Município de Virmond é um fato que se constitui em reclamo de sua própria comunidade, além de consagrar uma das formas de aperfeiçoar o desenvolvimento geral do Estado, pela possibilidade de melhor otimização administrativa das inúmeras áreas que o constituem.

Levando-se em consideração e situação climática, geográfica e econômica da região a ser emancipada, verifica-se a certeza da proposição ora apresentada, à qual encarecemos a atenção e conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 255/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia-se na foz do lagoado do Bráz, no Rio Liso divisando com o Município de Pitanga; descendo o Rio Liso divisando com o Município de Roncador, até sua foz no Rio Muquillão; descendo no Rio Muquillão, até a foz do Rio Corumbataí, confronta-se o novo Município com os Municípios de Roncador e Iretama; subindo o Rio Corumbataí, faz divisa com os Municípios de Jardim Alegre, Ivaiporã e Manoel Ribas, até quando esse rio recebe as águas do Rio Jacutinga, a partir daí confronta-se com o Município de Pitanga, continuando a subir o Rio Corumbataí, até o mesmo encontrar a foz do Rio Taquaruçu, quando segue pelo

mesmo até a foz do Rio Chupador; segue por esse até sua cabeceira, daí por uma estrada lateralmente à rede de Itaipu, seguindo pela estrada que liga Rio Vorá a Alto Mirante e Alto Mirante a Bela Vista, onde se localiza a Cabeceira da Água do Lageado do Braz e, descendo até a sua foz encontramos o ponto de partida."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.89

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Esta alteração proposta torna-se necessária face o ofício recebido do IBGE, cujo teor visa sanar erro na definição das divisas contidas na lei que cria o Município de Nova Tebas.

Tal medida é imprescindível e da maior urgência para o preparo dos mapas municipais.

Diante do exposto, conto com apoioamento dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 256/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Público, através do órgão competente, autorizado a manter um profissional da área de nutrição em cada Núcleo Regional de Educação do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Pelas estatísticas da ONU, o Brasil é o sexto país do mundo afetado pela desnutrição onde a fome fisiológica faz com que tenhamos um índice altíssimo de mortalidade infantil e, infelizmente as crianças paranaenses também fazem parte desta realidade.

As crianças que atingem a idade de alfabetização vão à escola com grande carência alimentar e é por isso que uma grande responsabilidade pesa sobre os alimentos que são distribuídos ou vendidos nas cantinas das escolas e dos colégios.

Como as crianças e os adolescentes estão em fase de desenvolvimento geral, precisam deste complemento fornecido pelas cantinas e portanto, este complemento deve ser saboroso, sadio e econômico.

Atualmente as cantinas de modo geral visam unicamente o lucro, vendendo produtos nefastos de sabores artificiais pouco recomendáveis para crianças em desenvolvimento. São os chicletes, os refrigerantes, os pseudo biscoitos e bolachas de sabor

morango, queijo, e outros subterfúgios tentadores que a mídia incute na cabeça de nossos filhos.

Nas cantinas poderiam ser instalados alguns critérios, avaliados por nutricionistas que orientam os grêmios estudantis a trabalharem com os recursos regionais e, ensinar a criança a se responsabilizar pelo que está ingerindo, lendo os rótulos das embalagens, escolhendo os produtos pela sua qualidade, seu conteúdo, pelo seu sabor natural e não somente pela sua aparência tentadora.

Um nutricionista para coordenar e orientar os cantineiros na utilização de frutos sazonais abundantes, como já é feito em alguns países há muito tempo, aproveitando-se das riquezas próprias, barateando os custos e prevenindo contra a fome e a desnutrição.

Poderiam também coordenar a formação de hortas onde os próprios alunos colaborariam, valorizando desta forma o trabalho do homem do campo e beneficiando-se da colheita.

Através de grêmios estudantis poderiam-se também coordenar a distribuição e/ou a venda de produtos produzidos pelos próprios alunos que beneficiariam suas próprias agremiações.

O cardápio feito por nutricionistas para orientar os cantineiros é uma solução alternativa para sairmos da lista de campeões em desnutrição e ciente da importância desta iniciativa, sabemos que nossos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, somarão conosco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra a Leitura do Expediente.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar a presença nesta Casa do Vereador de Iretama, Sr. Lourival Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

Não há oradores no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

(Declina)

Consulta à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PTN se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PRP se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando a inversão da ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, de inversão acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS (Ofício nº 609/89), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE UR-

GÊNCIA. - Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 189/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, ficam fixados em NCz\$ 3.036,89.

Art. 2° - Aplicam-se aos inativos do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas os vencimentos definidos na presente lei.

Art. 3° - As despesas com a execução desta lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros, respeitados os limites estabelecidos no art. 37, XI, da Constituição Federal, vigoram a partir de 1° de julho de 1989.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 189/89

P A R E C E R:

De autoria do egrégio Tribunal de Contas do Estado, o presente plano de lei dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Analisando o aspecto constitucional da matéria, encontramos os artigos 73 e 96 da Constituição Federal, dispondo o primeiro aplicar-se ao Tribunal de Contas, no que couber, as disposições do segundo. Ou seja, dá competência de iniciativa da matéria em questão ao citado Tribunal.

Já na própria Constituição Estadual encontramos o artigo 41, § 5°, que reza ter os Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas as mesmas garantias dos Auditores, que por sua vez têm essas as mesmas garantias que os Conselheiros.

Assim sendo, entendendo-se pela constitucionalidade e legalidade da matéria aqui proposta, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 189/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do egrégio Tribunal de Contas do Estado, dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto a este.

A douta Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente à matéria quanto ao seu aspecto constitucional e legal, por entender ter o Tribunal de Contas competência de propor ao Poder Legislativo a respectiva proposição.

Esta Comissão de Finanças, através de seu Relator, posiciona-se igualmente favorável, seguindo o mesmo parecer da supracitada comissão.

Assim sendo, somos pelo Parecer Favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 189/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N° 189/89

P A R E C E R:

De autoria do egrégio Tribunal de Contas do Estado, a proposta em tela tem por finalidade dispor sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

No aspecto constitucional a presente medida encontra-se apoiada nos dispositivos 73 e 96 da Constituição Federal, vindo a dispor o primeiro, que se aplica ao Tribunal de Contas, no que couber, as atribuições previstas no segundo. Vale dizer, dá ao Tribunal em questão, competência privativa para iniciar matéria desta natureza.

Pela Constituição Estadual, o artigo 41, § 5° assegura as mesmas garantias dos Auditores aos Procuradores do Estado junto ao citado Tribunal, e que por sua vez os Auditores têm as mesmas garantias que os Conselheiros.

Portanto, a constitucionalidade e a legalidade da presente proposta encontram-se asseguradas pelos diplomas supracitados, posicionando-se a douta Comissão de Constituição e Justiça favoravelmente à proposta em exame.

No aspecto financeiro, o posicionamento da Comissão de Finanças foi idêntico ao da Comissão já mencionada.

Esta douta Comissão de Recursos Humanos, ao ser chamada a opinar, através de seu Relator, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente seguindo assim os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Nestas condições o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n°

55/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que altera os percentuais da Gratificação de Representação dos Cargos em Comissão deste poder, conforme especifica.

O projeto será encaminhado à Comissão Executiva, juntamente com a Emenda.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 54/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que define critério para a operacionalização de recursos financeiros no âmbito do Poder Legislativo. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 245/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 66/89), que eleva em 57% a gratificação dada ao ocupante de cargo de carreira de Delegado de Polícia e em 80% aos demais ocupantes de cargos policiais civis. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 244/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 67/89), que eleva o valor do soldo de Coronel da Polícia Militar do Estado. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 218/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, o Hospital de Crianças César Fernet. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 207/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 207/89

Artigo Único - O Projeto de Lei n. 207/89, passa a contar com os artigos 2° e 3°, com a redação que se segue, ficando revogado o atual artigo 2°:

"Art. 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação das Pioneiras Sociais, instituída conforme a Lei Federal n. 3736, de 22 de março de 1960, uma área de terreno com 53.352,10 m.², no Bairro Cajuru, desta Capital, constante do lote "E", de propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme

transcrição sob n. 32.747, e respectivas averbações, no Livro 3/M, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Parágrafo Único - O lote de terreno de que trata o "caput" deste artigo fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e será exclusivamente destinado à implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na da sua publicação, revogadas a Lei n. 8778, de 23 de maio de 1988 e demais disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 03.10.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoio: Cândido Bastos, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Sabino Campos e Homero Oguido.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em causa é de grande significado e de alcance social relevante, porque possibilitará a construção, na Capital do Estado, do Hospital Geral do Aparelho Locomotor.

A Fundação das Pioneiras Sociais, criada pela Lei Federal n. 3736, de 22 de março de 1960, e organizada por Estatutos aprovados pelo Decreto Federal n. 48.543, de 13 de julho do mesmo ano, entidade de muita tradição em nosso País e de expressiva experiência em administração hospitalar, ficará encarregada da construção e administração do referido hospital, o qual terá condições para, de forma especializada, dar atendimento às necessidades, não só do Paraná, mas, também dos demais Estados da Região Sul do País. Vale lembrar que a referida Fundação é mantenedora, com destacada eficiência, do Hospital "Sara Kubistchek", de Brasília.

Assim, esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados desta Casa Legislativa no sentido da aprovação deste projeto. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 200/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que atribui a Gratificação de Representação aos Funcionários ocupantes de cargos de nível superior do Poder Judiciário. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 183/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera a denominação da Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, para a Fundação Faculdade de Artes do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE UR-

GÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 146/89, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Mantenedora de Assistência - SOMA, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 129/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, (Ofício n. 254/89), que altera a redação dos dispositivos que especifica da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 e adota outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O Projeto n. 129/89 está retirado da Ordem do Dia.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 97/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que complementa a Lei n. 8.403, de 31.10.86 por imposição do artigo 7.º, II, da Lei Complementar n. 27. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 343/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que transfere a obrigação do pagamento de taxas de água e energia elétrica das escolas municipais do Governo do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Emenda Substitutiva Geral. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Eu requero a retirada do Projeto da Ordem do Dia por três sessões, porque fatalmente hoje seria derrotada pela Bancada do PMDB e como o projeto é de interesse dos Prefeitos do Paraná, já que trata de isentar, isentar não, de transferir o pagamento das taxas de luz e água das escolas municipais para a Secretaria de Educação, eu vou tentar com adiamento o convencimento de Parlamentares da Bancada do PMDB e sei que são sensíveis a isto para que o projeto seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Atendido.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, o senhor já havia colocado em votação. Vossa Excelência tinha colocado em votação. Vossa Excelência

falou em tom claro: está em votação. Inclusive a nossa Bancada levantou-se.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O projeto está retirado da Ordem do Dia.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Está em regime de Urgência, Senhor Presidente. Não pode retirar da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pode. Vossa Excelência sabe que pode.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Só se for retirado o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Projeto está retirado da Ordem do Dia a pedido do autor e não vejo inconveniente nenhum.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 288/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que denomina "RODOVIA PREFEITO IRINEU APARECIDO SAVOLDI", a Rodovia PR-552, que liga os Municípios de Mandaguáçu, passando por Ourizona até o Município de São Jorge do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação do Projeto de Lei n. 288/88. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Vinte Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Nove Senhores Deputados rejeitam. Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 270/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que denomina o "Colégio Estadual Moysés Lupion", o atual "Colégio Estadual Valle Porto", de Antonina, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia pelo prazo de 20 (vinte) sessões, do Projeto de Lei n. 270/88, - constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia da presente sessão, pelo prazo de 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei n. 270/88.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 123/87, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao dr. GUNTOLF VAN KAICK. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 220/89, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de IPIRANGA, Estado do Paraná, o imóvel urbano que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de n° 2002, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - **Aprovado.**

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Deputado e Secretário da Administração, Dr. Mário Pereira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está anotado.

Requerimento de n° 1893, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1982, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2003, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2004, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2005, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2006, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2007, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2008, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2013, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2014, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante

do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1995, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1996, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1997, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1998, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1999, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2000, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2011, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1984, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1985, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1986, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1987, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1988, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1989, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1990, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1991, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1992, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

qislativa.

Requerimento de n° 1977, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, peço para encaminhar o documento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho este pedido de informações no seguinte sentido: para saber a situação funcional do engenheiro Lídio Akio Sasaki, funcionário da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, que função está desempenhando este funcionário, quais as razões para retenção dos vencimentos e vantagens do referido funcionário por mais de sete meses.

Repito: (Lê):

REQUERIMENTO

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, em conformidade com a Constituição do Estado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado pedido de informações ao Senhor Secretário Especial da Política Habitacional do Estado e Diretor Presidente da COHAPAR, Prof°. Odeni Villaca Mongruel, nos seguintes termos:

01. - Onde está lotado o Eng° Lídio Akio Sasaki funcionário da Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR?

02. - Que função vem desempenhando tal funcionário?

03. - Quais as razões para a retenção dos vencimentos e vantagens do referido funcionário, por mais de sete meses?

JUSTIFICATIVA:

A fim de facilitar a compreensão acerca dos fatos em torno do funcionário Lídio Akio Sasaki, da COHAPAR, apresentamos breve relatório a respeito da sua situação funcional no Estado, nos últimos meses:

OUTUBRO/88 - Em 06.10.88, o Eng° Lídio Akio Sasaki, funcionário da COHAPAR é cedido para a Secretaria do Trabalho.

NOVEMBRO/88 - Em 08.11.88, o Governador do Estado autoriza a transferência de nove funcionários da COHAPAR para a SANEAPAR, entre os quais o Eng° Lídio A. Sasaki.

DEZEMBRO/88 - Em 15.12.88, o Governador revoga a autorização referente a oito dos nove funcionários e ratifica a transferência do Eng° Sasaki.

JANEIRO/89 - Em 20.01.89, a COHAPAR comunica ao Eng°. Sasaki que está processando sua transferência para a SANEAPAR.

Em 31.01.89, a COHAPAR encaminha à SANEAPAR, documentos para a efetivação da transferência e determina que o Eng°. Sasaki compareça ao setor de Recursos Humanos da SANEAPAR no dia 01.02.89.

FEVEREIRO/89 - Em 01.02.89, o Eng°. Sasaki comparece à SANEAPAR, conforme de-

terminação e é instruído a aguardar instruções.

Durante o mês de fevereiro/89, dezenas de contactos são feitos em vão com a SANEAPAR, para o recebimento das instruções.

Apesar de a transferência não se efetivar, a COHAPAR retém o salário referente ao mês de fevereiro/89.

MARÇO/89 - Após dezenas de contatos, o Eng°. Sasaki é informado pela SANEAPAR que o processo teria retornado à SEDU e à SEAD para averiguações.

A COHAPAR retém os salários do Eng°. Sasaki segundo mês consecutivo.

ABRIL/89 - Em 07.04.89, o Secretário do Trabalho solicita a intervenção do Secretário da Administração no processo.

Em 13.04.89, o SENGE/PR comunica a situação ao governador em exercício, Eng° Ary Queiroz e solicita o restabelecimento dos pagamentos devidos.

Em 18.04.89, a COHAPAR informa ao SENGE/PR que o Eng° SASAKI é ex-Servidor da COHAPAR e está transferido para a SANEAPAR.

Em 24.04.89, a SANEAPAR informa ao SENGE/PR que o Eng° SASAKI não foi transferido para a SANEAPAR. Admite que o processo de eventual transferência encontra-se tramitando.

A COHAPAR retém os salários do Eng° SASAKI pelo terceiro mês consecutivo.

MAIO/89 - Em 23.05.89 o SENGE/PR comunica ao Governador que o Eng° SASAKI completou seu quarto mês sem salário e solicita providências.

A COHAPAR retém os salários do Eng° SASAKI pelo quarto mês consecutivo.

JUNHO/89 - A COHAPAR retém os salários do Eng° SASAKI pelo quinto mês consecutivo.

JULHO/89 - Em 05.07.89 o processo já possui mais de 150 folhas e a Procuradoria Geral do Estado emite parecer entendendo que a transferência não pode ser realizada, pois contraria o Decreto 4668, de 17 de janeiro de 1989.

Em 13.07.89, o Secretário do Trabalho, Deputado Rubens Bueno solicita a intervenção do Governador face à morosidade do processo. Comunica que o Eng° SASAKI, funcionário da COHAPAR, cedido à sua Secretaria, não recebe seus vencimentos há seis meses consecutivos.

AGOSTO/89 - A COHAPAR retém pelo sétimo mês consecutivo o pagamento devido ao Eng° SASAKI.

SETEMBRO/89 - A COHAPAR completará o oitavo mês de retenção de salários do Eng° SASAKI.

O SENGE/PR decide encaminhar, paralelamente ao processo administrativo e judicial, uma ampla divulgação da situação em que se encontra o seu Diretor, Eng° Lídio Akio Sasaki.

Considerando-se os motivos perfilados

e buscando pôr um fim à situação intranquã a que está submetido o Engº SASAKI, confiamos na sensibilidade e prontidão da Secretaria Especial de Política Habitacional, esclarecendo os fatos que tiveram origem na sua área de competência, dentro da brevidade que o próprio caso requer.

Que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná, SENGE/PR.

Palácio XIX de Dezembro.

Sala das Sessões, em 02.10.89."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é esse o sentido do meu Pedido de Informações, nada que não possa ser votado e pedido por esta Casa. É a situação do servidor do Estado que está há exatamente sete meses sem receber os seus salários.

É este o conteúdo deste Pedido de Informações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) Sr.

Presidente, a Bancada do PMDB vai aprovar o requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

A Mesa consulta o Plenário, uma vez que amanhã não haverá sessão para os preparativos da promulgação da Constituição, no dia 05, dia 09 será feriado, a Mesa consulta o Plenário se marca sessão para o dia 10, terça-feira.

Está marcada sessão para o dia 10, terça-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Sr. Presidente, já que a sessão está marcada para o dia 10, gostaria que Vossa Excelência anunciasse também a Resolução nº 55/89, e que até lá dará tempo de conversarmos com os Srs. Líderes e com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10 de outubro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 187 e 193/88.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 123/87, 288/88, 97, 146, 183, 200, 207, 218, 244 e 245/89, e do Projeto de Resolução nº 54/89.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/89 e do Projeto de Resolução nº 55/89.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/89.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA

12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se às 13:30 horas, na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Sabino Campos, Antônio Martins Annibelli, Djalma de Almeida Cesar, Homero Oguido, Acyr Mezzadri, João Arruda, Hermas Brandão e Gernote Kirinus. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 300/88, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 320/88, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 049/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 132/89, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 147/89, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator Deputado Antônio Martins Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 160/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Antônio Costenaro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 165/89 de autoria do Deputado Eduardo Baggio. Relator Deputado Antônio Martins Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 169/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado Antônio Martins Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 172/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº

175/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado Raul Lopes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 183/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 190/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 191/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei n° 193/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 199/89, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei n° 201/89, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Relator Deputado Antônio Martins Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 18) Proposição n° 047/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 056/89. Relator Deputado Raul Lopes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com Projeto de Resolução. 19) Proposição n° 048/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 055/89. Relator Deputado Raul Lopes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com Projeto de Resolução. 20) Proposição Veto Parcial n° 038/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 52/89. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 21) Proposição veto n° 045/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 96/89. Relator Deputado Omero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 22) Projeto de Lei n° 174/89, de autoria do Deputado Artagnan Mattos Leão. Relator Deputado Antônio Martins Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

Deputado CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente, na Sala de Reu-

niões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Arruda, Acyr Mezzadri, Hermas Brandão, Raul Lopes, Djalma de Almeida Cesar, Nereu Massignan, Valderi Vilela, Caíto Quintana, Antônio Martins Annibelli e Sabino Campos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 200/89, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

Deputado CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se extraordinariamente, na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Nestor Baptista, Kielse Crisóstomo, Valderi Vilela, David Cheriegate, Sabino Campos, Lauro Alcantara, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Nereu Massignan, Homero Oguido, Antônio Martins Annibelli, Raul Lopes e Antônio Costenaro. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição n° 056/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 063/89. Relator Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 218/89, de autoria do Deputado Lauro Alcantara. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

Deputado CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO BASTOS

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça na sala de reunião das comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Costenaro, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Djalma de Almeida Cesar, Sabino Campos, Kielse Crisóstomo, Antônio Martins Annibelli, Caíto Quintana e Lauro Alcantara. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 189/89, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná. Relator Deputado Antônio Martins Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 220/89, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

Deputado CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, sob a Presidência da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, a Senhora Presidente abriu os trabalhos da presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 151/88, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 211/88, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 292/88, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos e outros. Relator Deputado José Felinto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Senhora

Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Cinthia Beatriz Fernandes Luiz, Secretária da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

Deputada AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente da Comissão

CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUIZ

Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o Projeto de Lei n° 218/89, de autoria do Senhor Deputado LAURO LOBO ALCANTARA - Relator Senhor Deputado Orlando Pessuti - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Cinthia Beatriz Fernandes Luiz, Secretária da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

Deputado LUIZ ANTONIO SETTI

Presidente

CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUIZ

Secretária da Comissão

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de um mil, novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Cultura e Esportes, sob a Presidência do Senhor Deputado Raul Lopes e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 165/89, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio. Relator Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senho-

res Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Delôra Terezinha Bueno Ferreira do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) RAUL LOPES

Presidente

DELÔRA B. F. AMARAL CARVALHO

Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

"SAÚDE"

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Haroldo Ferreira, os seguintes Senhores Deputados: Djalma de Almeida Cesar, David Cheriegate, José Felinto e Valderi Vilela, membros efetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no SUDS/PR (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde no Estado do Paraná). Ficando também registradas as presenças dos seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinatto, Algaci Túlio e Pedro Tonelli. Havendo número legal, o Senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando à secretária que fizesse leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada sem observações. Em seguida, o Senhor presidente dá prosseguimento aos trabalhos, comunicando as presenças dos depoentes: Dr. João Seratiuk, representante da Associação Paranaense dos Farmacêuticos; Dra. Ana Maria da Silveira Rodrigues, representante do Conselho Regional de Farmácia e o Dr. Márcio Almeida, presidente nacional do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Todos os depoentes apresentaram documentos relativos ao SUDS/PR, os quais foram repassados a cada membro desta CPI. O Senhor Deputado David Cheriegate pede a palavra e comunica que recebeu um documento da Associação Médica do Paraná denunciando distorções no SUDS/PR, nos Municípios de Andirá, Tomazina, Ibaiti, Japira e Castro e propõe que esta CPI envie às prefeituras e à Secretaria de Estado e Saúde cópias deste documento, para que as respectivas prefeituras tomem conhecimento das denúncias e as esclareçam. O Senhor presidente coloca em votação. APROVADO. O Senhor Deputado Djalma de Almeida Cesar pede a palavra e propõe que sejam ouvidos nesta CPI o Dr. Mariano Pedrozani, da Universidade Federal do Paraná e o Dr. Ademir Furtado Karoslinski, da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

O Senhor presidente coloca em votação. APROVADO. O Senhor Deputado David Cheriegate pede a palavra e propõe que o Dr. Adarcino Amorim, Diretor do Hospital Regional de Cascavel deponha junto a esta CPI. O Senhor presidente coloca em votação. APROVADO. O teor dos depoimentos estão nas notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor presidente, demais membros e por mim Hilda Maria Cesar de Oliveira, secretária da Comissão.

(aa) HAROLDO FERREIRA

Presidente

HILDA MARIA CESAR OLIVEIRA

Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão de Terras, Imigração e Colonização com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando em seguida a realização das eleições para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Quiélse Crisóstomo da Silva e Namir Piacentini, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo cargo para o qual foi eleito, o Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva agradeceu a confiança nele depositada, prometendo tudo fazer para não desmerecer a deferência de seus nobres pares. O Senhor Presidente após determinar de que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência, convidou a funcionária Solange Mann para exercer as funções de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Solange Mann, lavrei a presente Ata, a qual após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) QUIÉLSE CRISÓSTOMO DA SILVA

DIRCEU MANFRINATO

LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA

ORLANDO PESSUTI
LEÓNIDAS CHAVES
NAMIR PIACENTINI
HAROLDO FERREIRA

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de setembro de hum mil, novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a Presidência do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 061/89, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 38/89, que autoriza o Poder Executivo a alinear aos respectivos ocupantes os imóveis constituídos pelos lotes n°s 45-E, da Secção Água Grande e 41-B, da Secção Sertãozinho, da Gleba Rio Mourão, Município de Engenheiro Beltrão. Relator Deputado Namir Piacentini, Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Solange Mann, Secretária da Comissão.

(aa) QUIÉLSE CRISÓSTOMO
Presidente
SOLANGE MANN
Secretária

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de hum mil, novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a Presidência do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 239/88, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 96/88, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio, o imóvel urbano medindo 152.571,09 m², no lugar denominado Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob n° 1266, protocolo n° 6182, do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente

Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Solange Mann, Secretária da Comissão.

(aa) QUIÉLSE CRISÓSTOMO

Presidente
SOLANGE MANN
Secretária

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de hum mil, novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a Presidência do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 062/89, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 39/89, que autoriza o Poder Executivo a alienar aos seus ocupantes os lotes n°s 1 a 7, da subdivisão do lote n° 162-A, da Colônia Zacarias de Goes, lotes estes integrantes da Reserva de Santo Inácio, situada no Município de Santo Inácio. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Solange Mann, Secretária da Comissão.

(aa) QUIÉLSE CRISÓSTOMO
Presidente
SOLANGE MANN
Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de um mil, novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 200/89, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. O Relator Orlando Pessuti, pronuncia parecer Favorável - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos os quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Sylvana Zeballos, Secretária da Comissão.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
SYLVANA ZEBALLOS
Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao décimo quarto dia do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 189/89, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências. O Relator Orlando Pessuti, pronuncia parecer Favorável - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos os quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Sylvana Zeballos, Secretária da Comissão.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
SYLVANA ZEBALLOS
Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia:

01) Projeto de Lei n. 239/87, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho. 02) Projeto de Lei n. 329/88, de autoria do Deputado Erondy Silvério e dá outras providências. O Relator Nelson Vasconcellos, pronuncia parecer Favorável - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos os quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Sylvana Zeballos, Secretária da Comissão.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
SYLVANA ZEBALLOS
Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA**11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Agricultura, sob a presidência do Deputado Sabino Campos. Havendo número legal, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Discussão e Votação do Parecer ao Projeto de Lei 61/89, oriundo do Poder Executivo, Mensagem n.º 38/89. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável à aprovação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado o Parecer por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

(aa) SABINO CAMPOS
Presidente
RUBENS BREMER
Secretário

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE REF. PERÍODO DE 01.01.89 a 30.08.89

Curitiba

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
CONTAS CORRENTES		I.R. Fonte a Recolher..... 15.540,81	
Banestado	11.023,83	Seguros a Pagar	1.209,50
Bamerindus	0,80		<u>16.750,31</u>
	<u>11.024,63</u>		
POUPANÇA		PATRIMÔNIO	
Banestado	1.910.587,65	Patrimônio Líquido	1.519.844,44
Bamerindus	3.612.554,23	RECEITA	
	<u>5.523.141,88</u>	Renda de Contribuições	420.767,60
APLICAÇÕES		Renda de Títulos	5.171.443,79
Bamerindus c/Over Night	836.668,39	Juros de Empréstimos	57.862,16
EMPRÉSTIMOS		Contrib. Lei 7771/83	18.351,01
Empréstimos Concedidos	23.990,64		<u>5.668.424,56</u>
	<u>6.394.825,54</u>		
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	0,03		
DESPESAS			
Aposentados	801.511,69		
Serviços de Terceiros	8.497,52		
Materiais de Consumo	184,53		
Seguros.....	<u>810.193,74</u>		
TOTAL DO ATIVO	7.205.019,31	TOTAL DO PASSIVO.....	7.205.019,31

LAURO LOBO ALCANTARA Tesoreroiro	WERNER WANDERER Presidente	VICENTE P. RODACKI Contador CRC-PR 6635
-------------------------------------	-------------------------------	--